

Falta de entendimento emperra

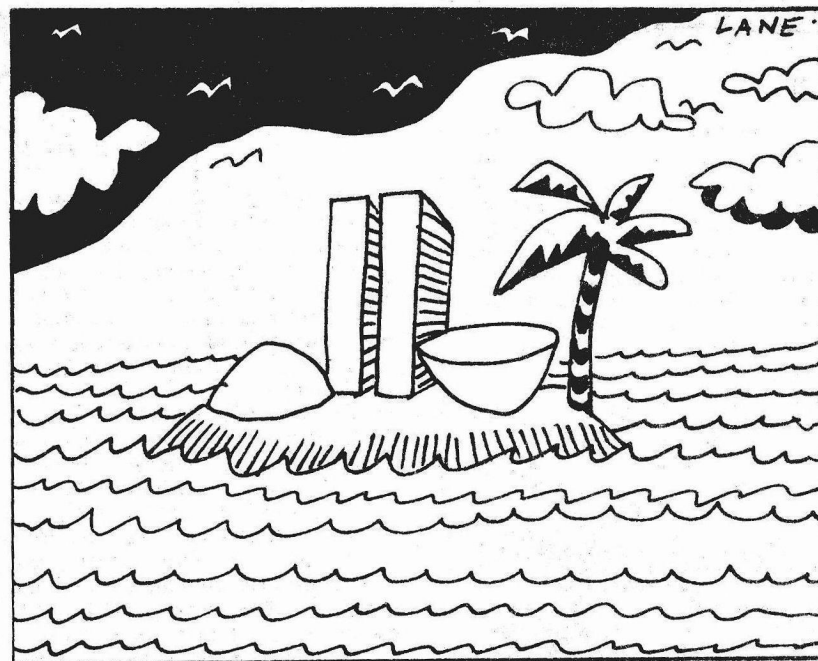
Jornal de Brasília • 3

Congresso

Scheila Bernadete

O emperramento das grandes decisões e definições de projetos nacionais, considerado marca registrada do Palácio do Planalto há algum tempo, tem eco no Congresso. Propostas importantes em benefício da sociedade brasileira amargam um lento trâmite nas diversas comissões e mesas da Câmara e Senado, devido a falta de um acordo entre os líderes partidários. Entre elas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Base da Educação, leis trabalhistas e fiscais, além de inúmeros vetos presidenciais, incluídos os da nova política salarial do País. Soma-se a isto tudo, mais de 220 projetos complementares à Constituição.

Acreditando ter dado importante passo para tirar o País da crise, com a privatização da Usiminas, o Presidente da República, parece esgotado do esforço. Perdeu até a sintonia com os líderes governistas no Senado, conforme deixou claro na votação da emenda Richa. Os deputados, depois da mobilização da Câmara para cassar Jabes Rabelo entraram em depressão e cansaram. A sessão do Congresso Nacional da quinta-feira passada, marcada para desobstruir a pauta de 32 vetos, não pôde ser realizada por falta de quórum. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, já anunciou um esforço concentrado, prevendo o recesso



daqui a 45 dias.

Está difícil. O líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE) está cético. Ele acusa Benevides e o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, e as demais lideranças por não selecionarem projetos prioritários capazes de revitalizar a economia brasileira, "como a lei da propriedade industrial, o ajuste fiscal, a modernização da

economia e a advocatória" (a possibilidade do STF requerer processos em tramitação em outros tribunais). São as propostas do Emendão. Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia, critica a displicência dos governistas: "Eles é que são os maiores interessados e não agem".

Emendão desmembrado
O Emendão desmembrado está

ainda sendo analisado por comissões especiais e nem a publicação e distribuição de avulsos aconteceu. O projeto que define a propriedade industrial e que privatiza os serviços de portos (contidos no Projeto) estão na pauta prioritária da Câmara dos Deputados. Este último ainda depende do parecer da comissão especial criada para sua análise.

Outras matérias constantes da pauta de prioridades, além da LDO e LDB, que também dependem de pareceres das respectivas comissões, são as que tributam as grandes fortunas brasileiras, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a lei orgânica dos partidos, a definição das pequenas e médias propriedades, a lei de imprensa e a regulamentação do sistema financeiro nacional. Todos previstos na Constituição de 88.

Os projetos listados com pedidos de urgência são apenas dois: o que institui como crime de usura, a cobrança de juros e comissões acima de 12% ao ano, do líder do PTB, deputado Gastone Righi, e o que regulamenta a profissão de químico, do ex-deputado Ralph Biasi (PMDB-SP). A reforma tributária e a criação da Advocacia Geral da União são projetos com urgência constitucional, ou seja, se não forem votados até o dia 14 deste mês, perdem o prazo de validade.